



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

JANIELY GABRIEL PEREIRA

**DISCUTINDO A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA
IDENTIDADE DE CRIANÇAS NEGRAS DO DISTRITO DE SÃO GONÇALO/PB**

CAJAZEIRAS / PB
DEZEMBRO /2015

JANIELY GABRIEL PEREIRA

**DISCUTINDO A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA
IDENTIDADE DE CRIANÇAS NEGRAS DO DISTRITO DE SÃO GONÇALO/PB**

Monografia apresentada ao curso de
Pedagogia da UFCG/CFP como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciada
em Pedagogia da Universidade Federal de
Campina Grande.

Professor (a) Orientador (a): Stella Marcia de
Morais Santiago.

CAJAZEIRAS / PB
DEZEMBRO / 2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço- Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

P436d Pereira, Janiely Gabriel
Discutindo a diversidade étnico-racial e suas influências na
identidade de crianças negras do distrito de São Gonçalo. / Janiely
Gabriel Pereira. Cajazeiras, 2015.
53f.
Bibliografia.

Orientador (a): Prof^a. Stella Marcia de Morais Santiago.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Sociologia educacional. 2. Diversidade étnico- racial.
3. Identidade da Criança. 4. Construção da Identidade.
I. Santiago, Stella Marcia de Morais. II. Título.

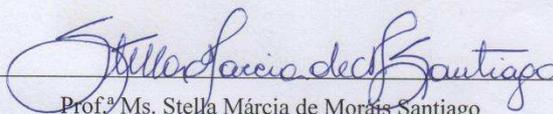
UFCG/CFP/BS

CDU – 37.015.4

JANIELLY GABRIEL PEREIRA

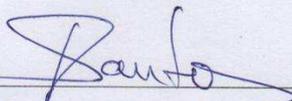
DATA DE APROVAÇÃO: 04/12/15

BANCA EXAMINADORA



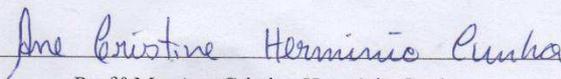
Prof.^a Ms. Stella Márcia de Morais Santiago

Presidente da Banca - Orientadora/UFCG-CFP-UAE



Prof.^a Dra. Risomar Alves dos Santos

Examinadora/UFCG-CFP-UAE



Prof.^a Ms. Ane Cristine Hermínio Cunha

Examinadora/UFCG-CFP-UAE

DEDICATÓRIA

A meus pais Francisco Carlos Pereira e Maria de Fátima Gabriel Pereira, por seu apoio, dedicação, e esforço diários para que chegasse até aqui, e por terem sido os maiores incentivadores. A meus irmãos Francisco e Juliana pelo carinho, e incentivo de sempre. E em memória à minha irmã Fernanda que infelizmente não pode compartilhar comigo desse momento. Dedico também a todos que direta ou indiretamente contribuíram para essa nova etapa. Dedico ainda a todas as crianças negras deste País.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conduzir nessa caminhada, e pela força que tem me concedido diariamente para que eu não desistisse do meu propósito;

A meu pai Francisco Carlos Pereira por todo seu esforço e empenho para que eu conseguisse chegar ao final dessa etapa com êxito. A ele devo tudo isso;

A minha mãe Maria de Fátima pelo zelo, preocupação e incentivo a mim destinados no decorrer de todo o processo de formação;

A todos os professores os quais contribuíram para a minha formação, desde lá atrás (Ensino Fundamental) até aqui (Universidade) a eles agradeço o empenho e todo o conhecimento proporcionado;

A minha professora orientadora Stella Márcia de Moraes Santiago pela disponibilidade, pela troca de experiências, e pelas incontáveis contribuições durante todo esse percurso.

Por fim, a todos os colegas de sala, pessoas que contribuíram significativamente para a minha formação tanto profissional quanto pessoal. Aprendi muito com eles.

A rejeição precisa ser compreendida pelos educadores, negros ou brancos, porque assim podemos educar crianças para que convivam com as outras sem que riam ou chorem por causa de seus olhos, seus lábios, sua cor da pele ou textura capilar.

Elisabeth Fernandes de Souza

RESUMO

Sabemos que identidade é processo e se dá por meio das relações que estabelecemos com o outro, o qual influencia nessa construção. Assim, com esse estudo, voltamos nosso olhar para a construção de identidade étnica. Para isso, buscamos analisar como as práticas desenvolvidas pelos professores do Ensino Fundamental I contribuem para a construção da identidade das crianças negras. Para sua realização, nos apoiamos em autores como Gomes (2002); Cavalleiro (2007); Silva (2005); Romão (2001); Silva (1995); Oliva (2003), entre outros. Quanto à metodologia, nossa pesquisa é um estudo de Campo, com ênfase na perspectiva quantitativa em função do qualitativo, e se deu a partir da aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas a 09 (nove) professores/as de 04 (quatro) escolas públicas da zona rural da cidade de Sousa/PB. Como resultado, percebemos que ainda urge a discussão nas escolas, sobre diversidade étnico-racial, bem como, a formação dos professores/as para melhor trabalhar com a temática, para que tenhamos incursões práticas pedagógicas no direcionamento de construções de identidades positivas no ambiente escolar.

Palavras-chave: Diversidade étnico-racial. Identidade da criança negra. Educação.

ABSTRACT

We know that identity is process, and through the relationships we have established with the other, which influences in this construction. So, with this study we return our gaze to the construction of ethnic identity. For this, we seek to examine the practices developed by teacher of Elementary School I contribute to the construction of the identity of the black kids. For their achievement, we lean on authors as Gomes (2002); Cavalleiro (2007); Silva (2005); Romão (2001); Silva (1995); Oliva (2003), among others. As for the methodology, our research is a field study, with emphasis on the quantitative perspective in terms of quality, and took place from the application of a questionnaire with open and closed questions to 09 (nine) tutors from 04 (four) public schools in the rural town of Sousa/PB. As a result, we realized we still urge the discussion in schools on ethnics and racial diversity, as well as the training of teachers to better work with the theme, so that we have incursions into pedagogical practices in positive identity constructs in the school environments.

Keywords: ethnic and racial diversity. Identity of the black child. Education.

LISTA DE SIGLAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diversidade étnico-racial.....	38
Quadro 2 – Formação sobre diversidade étnico-racial.....	38-39
Quadro 3 – Relevância de se discutir sobre diversidade étnico-racial.....	39
Quadro 4 – O trato com a diversidade étnico-racial em sala de aula.....	40-41
Quadro 5 – Projetos: forma de lidar com a diversidade étnico-racial nas instituições..	41-42
Quadro 6 – Formação acadêmica.....	43
Quadro 7 – Conflitos envolvendo a cor da pele.....	43-44
Quadro 8 – O livro didático na concepção dos/as professores/as.....	44-45
Quadro 9 – Aspectos da Lei 10.639/03.....	46

SUMÁRIO

1. PRIMEIROS PASSOS.....	13
2. CRIANÇAS NEGRAS E EDUCAÇÃO: breve incursão no processo histórico.....	15
3. A CRIANÇA NEGRA NO CONTEXTO EDUCACIONAL E SUA IDENTIDADE.....	20
3.1 Alguns Conceitos.....	21
3.2 Construindo a identidade da criança negra.....	23
3.3 Pertencimento étnico.....	27
4.PCN's, LEI 10.639/03 E MATERIAL DIDÁTICO: sua importância na formação de professores	30
4.1Do ensino de História ao de História da África nos bancos escolares.....	34
5.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISES DE DADOS: apresentando resultados.....	37
5.1 Análises dos dados.....	38
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNCIDE.....	52

1. PRIMEIROS PASSOS...

Vivemos em um país de dimensões continentais, rico em constituição de sua fauna, flora e cultura. No entanto, as discussões a respeito da diversidade e multiplicidade de elementos que o constituem parecem passar despercebidas e, se pensarmos na diversidade étnica do seu povo, isto fica ainda mais acentuado, quando em nossas escolas as discussões são muito escassas nesse sentido. Assim, este estudo preocupou-se em *discutir a diversidade étnico-racial e suas influências na identidade de crianças negras do Distrito de São Gonçalo/PB*, partindo do nosso referencial de observação das mesmas em seu contexto educacional e da premissa de que a educação se faz com e para todos.

Abordamos aqui, o trato para com a discussão da diversidade étnico-racial no contexto escolar, no que diz respeito ao desenvolvimento da construção da identidade da criança negra, tendo por base as formas como a escola vem possibilitando ou não esta construção, que mesmo com tantas ênfases ainda tem se mostrado ineficiente no que diz respeito a suscitar uma construção de *pertencimento/reconhecimento*.

Apresentamos também, a forma como a criança negra é concebida social e educacionalmente, nos períodos escravista e contemporâneo, para melhor entendermos como vem se dando essa construção na sociedade brasileira. Discutimos também a Lei 10.639/03, que institui como obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino, públicos e particulares. Culminando com o resultado da pesquisa realizada junto a professores do Distrito de Gonçalo/PB.

Gostaríamos de mencionar que o interesse pelo tema surgiu após ter cursado a disciplina Educação, Cultura e Diversidade, que possibilitou conhecer um pouco da história do *povo negro*, bem como, perceber que a discriminação e o preconceito dos quais são vítimas, resultam de um processo histórico doloroso, com amarras que afetam suas vidas até os dias atuais. Partindo dessa premissa, inquietou-nos saber como está se dando a construção da identidade das crianças negras na escola e se esta contribui para uma construção positiva ou negativa. Para melhor entender isso, partimos da problemática: as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos/as professores/as estão contribuindo para a construção da identidade da criança negra?

Para isso, buscamos analisar como as práticas desenvolvidas pelos professores do Ensino Fundamental contribuem para a construção da identidade das crianças negras, como também, investigar se os professores abordam a questão da diversidade étnico-racial em sala

de aula, averiguar se as práticas teórico-metodológicas utilizadas pelos/as professores/as contribuem para que as crianças negras construam uma autoimagem positiva de *si*.

Compreendemos que essa construção é subjetiva e, define o indivíduo de maneira única, por isso a forma como a criança se vê, a perspectiva que constrói de *si* é importante. Nesse sentido, importou-nos saber como a escola – local de apreender a conhecer, a fazer, a ser e a conviver – proporciona este pertencimento/conhecimento junto às crianças negras. É preciso trabalhar na escola a diversidade, seja ela cultural, de raça, de gênero, outro, visando um comportamento não excludente das crianças. No entanto, para isso, acreditamos que é preciso ainda, observar a postura dos/as professores/as frente às questões étnicas, em sala de aula.

Para a realização da pesquisa escolhemos quatro escolas públicas que atendem a crianças no Ensino Fundamental I e II. No entanto, fizemos a opção do Ensino Fundamental I, pois, compreendemos que neste as crianças estão na fase de pleno desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e de suas identidades. Dessa forma, a pesquisa aqui apresentada é um estudo de *campo*, cujo instrumento utilizado fora o *questionário* com 16 perguntas, aplicado a um grupo de 09 professores/as do Distrito de São Gonçalo/PB.

Apresentamos a seguir, a divisão capitular do presente, para melhor compreensão. No primeiro, tratamos da introdução da questão problema e justificativa da escolha do tema; no segundo capítulo, abordamos brevemente o processo histórico de desenvolvimento da criança negra e de sua educação no período escravista e, na contemporaneidade; no terceiro, dissertamos a respeito da criança negra no contexto educacional e, de como essa identidade é construída, bem como, qual deve ser o papel da educação nesse processo; já no quarto, tratamos a Lei 10.639/03 e o quanto essa é importante para o reconhecimento da história e cultura do/a negro/a afro-brasileiro/a, como também, de sua valorização e, no quinto, apresentamos os dados coletados e suas análises à luz da teoria estudada.

Vamos à leitura!

2. CRIANÇAS NEGRAS E EDUCAÇÃO: breve incursão no processo histórico

Para abordarmos a forma como as crianças negras estão desenvolvendo sua identidade nos dias atuais, convém fazermos um passeio pela história destas.

A comercialização das crianças negras não acontecia como a dos adultos (compra, troca e venda), essas eram geralmente doadas. A Compra e venda acontecia quando estavam na fase final de sua infância. “[...] As crianças que as fazendas compravam não eram o principal objeto de investimento senhorial, mas sim suas mães, que com eles se agregavam aos cafezais, plantações de cana-de-açúcar e demais” (GÓES; FLORENTINO, 2010, p.179). Muitas dessas crianças acompanhavam seus pais nos afazeres diários, isto é, não havia com quem deixá-las e as mães eram obrigadas a levar suas crianças consigo para a lida, ainda bem pequenas. No entanto, é preciso mencionar que quando pequenas eram vistas como estorvo, mas, já maiores, percebidas como escravos em potencial. Por isso, alguns senhores compravam mães e filhos/as, ademais, as crianças quando vendidas, eram bem baratas.

Dessa forma, ao passo que cresciam já iam aprendendo alguns ofícios, para mais tarde servirem aos seus senhores. As crianças negras, como todo/a negro/a da época, viviam numa sociedade escravista, que os/as tratava de forma impiedosa.

Entre as crianças havia uma alta taxa de mortalidade. De acordo com os autores Góes e Florentino (2010, p.180) “[...] os escravos com menos de dez anos de idade correspondiam a um terço dos cativos falecidos; dentre estes dois terços morriam antes de completar um ano de idade, 80% até os cinco anos”. Acreditava-se que essa alta taxa de mortalidade era decorrente da má alimentação, pouco vestuário, como também, das doenças que os/as acometiam.

Segundo ainda os respectivos autores, estas também se tornavam órfãos muito cedo, visto que a estimativa de vida de escravos/as era muito baixa, devido às condições subumanas em que viviam. Para que as crianças não ficassem sozinhas, o sacramento católico do batismo se tornou costume entre os/as escravos/as, postos que davam as crianças ao apadrinhamento, o que se configurava numa forma de manter laços. “[...] Numa época de intenso movimento de desembarque de africanos, os escravos aproveitavam este sacramento católico para estabelecerem, entre si e por sobre as fronteiras dos plantéis, fortes laços parentais” (GÓES; FLORENTINO, 2010, p.182). Percebemos que os/as cativos/as viam na fé católica uma forma de estreitar laços, de terem uns aos outros por perto e, isto pode ser entendido também, como uma forma de proteção as crianças.

De acordo com Góes e Florentino (2010), as crianças negras começavam desde cedo a desenvolver alguma tarefa, como: pastoreio, atividades domésticas, costura. E o valor destas aumentava à medida que fossem crescendo e, conseqüentemente, desenvolvendo mais e melhor as habilidades. No que diz respeito aos castigos, estes, não eram destinados somente aos adultos, às crianças também eram punidas. Assim, sua infância foi marcada pela realização de algumas atividades, pelos castigos humilhantes.

Góes e Florentino (2010), mencionam que as crianças negras “brincavam” com outras crianças apenas até os seis (06) anos. Este brincar, de acordo com os autores, era estar na companhia de crianças brancas que mais tarde se tornariam seus senhores, aprendendo desde cedo a obedecê-las. Aos sete (07) anos eram instruídas ao trabalho e já vistas como adultas. E as meninas negras, particularmente, além do trabalho, aos doze (12) anos passavam a ser vistas também como objetos sexuais (idem, 2010). Enquanto que os filhos dos senhores, os meninos passavam a ter instrução educacional, e as meninas eram educadas para o matrimônio e, aprendiam afazeres domésticos.

Segundo Gonçalves e Silva (2000), no período colonial (1500 a 1822), os adultos cativos eram impedidos de receber instrução educacional formal. Em se tratando das crianças negras, se estas fossem escravas dos jesuítas aprendiam as “primeiras letras” e eram catequizadas. Ou seja, a instrução educacional não era destinada a população negra na época. Eram poucos os que tinham acesso e, mesmo tendo-o, não davam continuidade porque eram impedidos.

Na sociedade brasileira, no período escravista¹ não havia nenhuma preocupação em torno da criança negra, isso no que diz respeito não somente a educação, não se investia nesta criança, não cuidavam delas. Havia, uma naturalização na falta de cuidados para com estas. Mas, em se tratando do seio familiar, essas crianças eram muito amadas. Na sociedade africana, por exemplo, as crianças ao nascerem eram recebidas com muita alegria. De acordo com Priore (2012), muitos dos rituais realizados na África no momento do nascimento dessas crianças foram trazidos para o Brasil. Outro fato que merece ser mencionado são os abortos praticados pelas mulheres negras como um ato de resistência, uma forma de não verem seus filhos como escravos.

Segundo Gonçalves e Silva (2000), pela Lei do ventre livre, que data de 28 de setembro de 1871, as crianças negras nascidas a partir desta data eram consideradas livres e deveriam ser instruídas educacionalmente. A instrução educacional ficaria de acordo com essa

¹ O período Escravista deu-se de 1536 a 1888. Embora a Lei do Ventre livre tenha sido promulgada em 1871. Isto significa que as crianças trazidas no Brasil e/ou nascidas antes da Lei, permanecem escravas.

Lei ao encargo dos senhores de escravos, o que gerou grande descontentamento por parte deles. Assim, por medo da inviabilização da Lei, pensam e decidem eximi-los da responsabilidade de educar as crianças nascidas livres. Educadas, portanto, seriam aquelas crianças entregues ao governo pelos seus proprietários mediante recebimento de quantia em dinheiro, o que não ocorreu em todos os casos. Assim, a relação destes (proprietário e criança liberta) seria a de tutela, ou seja, esses continuariam a trabalhar para seus proprietários até os vinte e um (21) anos. Uma forma velada de exploração do trabalho. Dessa forma, a educação para as crianças negras nesta época pode ser considerada privilégio de poucos.

É importante mencionarmos que pela Lei do ventre livre de acordo com Gonçalves e Silva (2000), muitas crianças negras e pardas foram entregues na roda dos expostos, local onde eram deixadas para serem assumidas pelo estado a partir das instituições religiosas e orfanatos. Os senhores de escravos viam uma possibilidade de lucrar mais com as mães das próprias crianças que lá eram entregues, pois poderiam alugar as escravas negras como amas de leite, ao próprio estado ou a outros senhores para alimentar seus/suas filhos/as. Dessa forma, a Lei que surgiu para melhorar a condição de vida da criança negra passa a ser uma maneira dos proprietários de escravos lucrarem e, ainda contribuir para elevar a taxa de abandono destas.

Percebemos assim, que a infância das crianças negras tanto as vindas da África, quanto as crioulas (nascidas no Brasil), foi muito difícil, pois, eram excluídas social e educacionalmente.

Portanto, a criança negra no período escravista tinha uma infância dolorosa, pois da mesma forma que os adultos, sofriam duros castigos, terríveis humilhações, além de jamais serem vistas como sujeitos sociais. Era só “trabalho ao longo da sua infância, sem tempo para a ideia que comumente associamos à infância, a da brincadeira e do riso, era o lema perverso da escravidão” (PRIORE, 2012, p.246) que regia o viver.

O processo histórico brasileiro tem marcado profundamente o indivíduo negro. Estes que enfrentaram situações de opressão, foram excluídos, carregava o estigma de uma suposta inferioridade a qual lhes foi atribuída e tem servido para sua exclusão nos dias atuais. De acordo com Gomes (2001, p.88) “Ao longo de nossa formação histórica, marcada pela colonização, pela escravidão e pelo autoritarismo, o imaginário social construído sobre os negros não foi o mais positivo”. Com as crianças negras não é diferente, estas sempre tiveram uma vida difícil na sociedade brasileira, antes e pós-abolição escravista. Uma vida marcada pelo trabalho, pela exclusão educacional e social.

No final do século XX, o trabalho para crianças de famílias pobres é visto como sinônimo de educação, uma forma de mantê-los distantes da criminalidade, ao mesmo tempo em que é considerado também, uma forma de ajudar a família no orçamento.

Assim, o trabalho, como forma de complementação salarial para as famílias pobres ou miseráveis, sempre foi priorizado em detrimento da formação escolar. Neste quadro, a criança negra, e analfabeta torna-se uma espécie de testemunha muda, silenciosa, de seu tempo (PRIORE, 2012, p.238-239).

Infelizmente, a realidade atual não é muito diferente da de alguns séculos atrás, em que as crianças, desde cedo tinham que trabalhar. A Constituição de 1988 em seu Art. 205, dita que: “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”, mas mesmo carregando a bandeira de universalidade, é preciso dizer que a população negra continua segregada, uma vez que continua encontrando dificuldades na permanência e acesso a educação. Pesquisadores como Hasenbalg e Silva (1990) trazem dados os quais tornam visíveis essa desigualdade no que tange a oportunidades educacionais entre brancos e negros. Segundo estes autores, a taxa de analfabetismo é maior entre os/as negros/as, e o número de pessoas que conseguem diploma em nível superior é bem menor, em se tratando desse mesmo grupo.

Cabe aqui mencionar de acordo com Silva (1995) que a estes/as ainda são destinados trabalhos vistos como inferiores, seus salários de acordo com Brasil (2009) são bem menores em comparado ao do/a branco/a, isso não se deve apenas ao fato da pouca escolarização a que têm acesso, mas é reflexo do período escravista, o qual sempre tratou o homem negro e a mulher negra como um ser intelectualmente incapaz, inferior. E isto se estende as crianças negras também.

Por isso, o que vemos nos dias atuais são indivíduos negros inconscientes do seu valor, de sua importância. E a educação formal tem fortalecido cada vez mais esse sentimento de inferioridade desse grupo étnico, que acredita que para ser aceito deve igualar-se ao branco, tido como ideal. O mesmo acontece no seio familiar. De acordo com Silva (1995), as crianças acabam sendo educadas para cada vez mais se parecerem com o indivíduo branco, pois assim “será aceita socialmente”, gerando nestas o sentimento de desvalorização de *si* mesmas, fazendo-as de modo consciente ou inconsciente ter atitudes e comportamentos identificáveis como sendo dos brancos.

Mesmo na atualidade a vida das crianças negras tem pouco se modificado, não há a escravidão entre elas, mas sua marca ainda presente na sociedade, insiste em tratá-los como

inferiores, marginalizando-as e segregando-as socialmente. Assim, como no passado, as crianças negras tendem a trabalhar desde cedo e, muito mais cedo deixam de só brincar e se divertir. A escravidão no Brasil deixou marcas de uma realidade perversa para a população negra. De acordo com Silva (1995, p.42) “Ainda hoje, seus descendentes sofrem as consequências das relações sociais baseadas na opressão, estando confinados na base da pirâmide social, executando muitas vezes, o mesmo trabalho braçal de seus antepassados” e, estando marginalizados socialmente. Tudo reflexo de um processo histórico em que o negro foi visto como um ser inferior e, oprimido e escravizado, por uma minoria que se considerava superior.

Nos tempos atuais o negro ainda é concebido como uma pessoa inferior, incapaz, como reflexo de uma educação universalista, a qual acolhe a todos como sendo iguais, não reconhecendo suas diferenças, como também, da sociedade a qual fazemos parte, essa que insiste em colocar o negro a margem. A escola, por exemplo, a qual prega igualdade torna-se excludente a começar pelos livros didáticos, os quais ainda transmitem uma imagem estereotipada dos/as negros/as ou quando não retratam verdadeiramente sua história e, dessa forma, as crianças negras acabam internalizando a ideia de que ser negro é feio, ou é algo ruim. Como bem coloca Silva (2001), a exclusão educacional é o princípio de uma exclusão também social, visto que a educação cumpre papel de formar o sujeito para atuar na sociedade, torná-lo um ser ativo, um cidadão. Sobre isto, abordaremos mais a seguir.

3. A CRIANÇA NEGRA NO CONTEXTO EDUCACIONAL E SUA IDENTIDADE

No que diz respeito à Educação, de acordo com Hasenbalg e Silva (1990), as crianças negras tendem a abandoná-la seja pelo fator repetência ou pela necessidade das famílias de que seus filhos ingressem no mercado de trabalho. Segundo os autores, há uma grande desigualdade de oportunidade educacional e, isto demonstra a clara diferença no acesso e permanência de alunos negros nos meios educacionais, uma vez que o número de crianças em faixa etária obrigatória para escolarização é bem maior entre os brancos. Do mesmo modo, o número de crianças que ingressam na escola mais tardiamente é maior entre pretos e pardos e, ainda são poucos os que conseguem permanecer na escola.

[...] Estas desigualdades não podem ser explicadas nem por fatores regionais, nem pelas circunstâncias sócio-econômica das famílias. Embora uma melhor situação sócio-econômica reduza a proporção de crianças que não têm acesso à escola independentemente de sua cor, ainda persiste uma diferença clara nos níveis gerais de acesso entre crianças brancas e não-brancas, mesmo nos níveis mais elevados de renda per capita (HASENBALG; SILVA, 1990, p.12).

De acordo com os autores citados, o fator socioeconômico não é o único responsável para que a criança negra não permaneça na escola. Estes atribuem o abandono escolar a fatores como diferenças de cor e repetência, como também afirmam que as crianças negras tendem a passar mais tempo numa única série, em comparação as crianças brancas. Levando-as a demorar mais para concluir os estudos.

De acordo com Romão (2001) o educador mal preparado tende a tratar a todos de modo igual, e assim, categorizar ou adjetivar as crianças que apresentam mais dificuldades de aprendizagem como relaxadas, desinteressadas, preguiçosas, outros. Precisamos compreender que, não se encaixar em um grupo, seja por ter mais habilidades ou menos, não é algo bom para qualquer indivíduo. Em se tratando das crianças negras, não é diferente.

A escola, mesmo nos dias atuais, ainda se mostra pouco eficaz no que diz respeito a permitir que a criança negra construa uma imagem positiva de si mesma e de seu grupo étnico, isso pelo fato de não desenvolver um trabalho satisfatório no que diz respeito à aprendizagem destas, por estar pautada em um currículo eurocêntrico e, por não discutir questões de diversidade étnico-racial.

Mas, compreendemos que para surgirem mudanças efetivas, é necessário que o/a professor/a tenha uma formação voltada à diversidade étnico racial ou pelo menos tenha um conhecimento da real história de luta deste povo. Somente assim, com um/a professor/a capacitado/a e por meio de práticas pedagógicas que discutam questões de preconceito e discriminação, é que começaremos a desmistificar os estereótipos que são atribuídos aos negros/as, possibilitando-os/as construir uma autoimagem positiva.

3.1 Alguns Conceitos

Aqui, importa definir alguns conceitos, para melhor compreensão do seu uso no decorrer do texto. Racismo é crime! No entanto, é uma prática que existe há muitos anos não só no Brasil, embora muitos não queiram ser identificados como racistas. Segundo Ferreira (2000, p.578-579, grifo nosso) *racismo* é:

Tendência do pensamento, ou modo de pensar em que se dá grande importância à noção da existência de raças humanas distintas. Qualquer teoria que afirma ou se baseia na hipótese da validade científica do conceito de raça e da pertinência deste para o estudo dos fenômenos humanos. [Cf. *raça* (1 e 2).] Qualquer teoria ou doutrina que considera que as características culturais humanas são determinadas hereditariamente, pressupondo a existência de algum tipo de correlação entre as características ditas “raciais” (isto é, físicas e morfológicas) e aquelas culturais (inclusive atributos mentais, morais, etc.) dos indivíduos, grupos sociais ou populações. **Qualquer doutrina que sustenta a superioridade biológica, cultural e/ou moral de determinada raça, ou de determinada população, povo ou grupo social considerado como raça.** Qualidade ou sentimento de indivíduo racista; esp., atitude preconceituosa ou discriminatória em relação a indivíduo(s) considerado(s) de outra raça.

Para Nascimento (1980, p. 273), racismo “é a crença na inerente superioridade de uma raça sobre a outra”. Ou seja, ato de enaltecer características que são vistas como positivas a seu grupo étnico e, minimizar a de outros grupos, a exemplo do afro-brasileiro. Dessa forma, tende a inferiorizar, e usar termos pejorativos para com o outro tido como “diferente”. O racismo pode ainda acontecer a níveis individual, institucional e cultural.

O *preconceito* é um conceito pré-formado com relação a um grupo que é visto como inferior, neste caso tem-se a concepção do “eu” e a do “outro” como diferente, em que o “outro” se encontra na condição de inferioridade, em relação ao “eu” que é visto como superior por possuir determinadas características.

O preconceito é basicamente uma atitude negativa (é necessário que haja algum referente positivo para comparação) com relação a um grupo ou pessoa, baseando-se num processo de comparação social em que o grupo da pessoa preconceituosa é considerado um ponto positivo de referência. (SILVA, 2001, p.75).

Assim, a *discriminação* é a efetivação do preconceito, é transformar em atos toda a inferioridade atribuída ao grupo estereotipado negativamente.

A discriminação, por sua vez, é a manifestação comportamental do preconceito, ou seja, é a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado [...] (SILVA, 2001, p. 75).

Os *Estereótipos* são ideias fixas construídas sobre determinado grupo, ou pessoas, de modo que os inferioriza, dizer que “todo preto é pobre”, por exemplo, revela uma ideia que é muito propagada socialmente, e isso vai se adaptando ao meio social até se tornar padrão. São afirmações construídas por meio do total desconhecimento. De acordo com Carreira (2013, p.60)

é uma ideia, uma opinião, uma imagem que temos de pessoas, situações ou coisas antes mesmo de conhecê-las e de nos relacionarmos com elas. Geralmente, os estereótipos fixam a ideia de que existem padrões de comportamento (menino é assim, menina é desse jeito, pessoa negra faz isso etc.) e estão na base de muitos preconceitos, limitando nossa capacidade de enxergar e dialogar com as pessoas em suas muitas diferenças.

Compreendemos que uma escola que não educa para a diversidade, aqui evidencia-se a étnico-racial, não está cumprindo com seu papel sócio educacional. Nossas crianças sofrem racismo, preconceito e discriminação na escola, são estereotipadas e isto acaba estigmatizando-as. O *estigma* é um tipo de marca deixada num indivíduo ou grupo por meio de atitudes negativas. De acordo com Carreira (2013, p.35) “são características negativas que atribuímos a pessoas ou grupos e que comprometem o seu pleno desenvolvimento humano”.

Assim, a escola precisa lidar com a diversidade étnica da qual é composta e, superar a visão homogênea de sociedade na qual persiste. Negar só impossibilita a criança negra se auto perceber, reconhecer e afirmar. Todo professor tem o papel de respeitar as diferenças e compreender que o aluno é um ser individual, mas que faz parte de um coletivo. Assim,

colocar essas crianças no mesmo patamar de “igualdade”, é desconsiderar a individualidade rica, que cada uma possui.

Vivemos em um país, que mesmo sendo plural em sua etnia, parece não reconhecer essa pluralidade da qual é feito. As diferenças quando não consideradas, se transformam em desigualdades que assolam impiedosamente os grupos étnicos (afrodescendentes, indígenas outros) que não se encaixem no que é tido como bom e perfeito.

É no seio familiar que a criança faz seus primeiros contatos, mas é também neste que desenvolvem suas primeiras experiências de socialização, onde aprendem valores, costumes que farão parte de sua vida social. “Na socialização primária, a transmissão dos valores e das crenças pelos agentes socializadores influenciará decisivamente na maneira de pensar e agir das crianças no futuro, quando em interação com outras pessoas” (SILVA, 1995, p.31).

E é ali, pela observação dos seus, que a criança vai se construindo, desenvolvendo seu modo de pensar a partir dos referenciais que têm, portanto, a forma com a qual esta família lida com a criança é importante para que ela venha se tornar um indivíduo que respeita e que acolhe a diversidade.

[...] Daí a importância dos pais na socialização primária, pois transmitem a seus filhos não só a compreensão do mundo dos outros, mas também, a do mundo como uma realidade em que cada indivíduo interfere na construção social do outro. (SILVA, 1995, p.31)

Então, nos questionamos como agir para que a criança negra tenha orgulho do seu pertencimento étnico? Para que se veja como bela, que se goste e se valorize? Pensamos que isto começa com a construção da identidade...

3.2 Construindo a identidade da criança negra

O tema identidade constitui-se num objeto de estudo relevante a ser debatido, para que possam ser feitas reflexões e questionamentos quanto às identidades, seu desenvolvimento e habilidades para romper com o pensamento de identidades hegemônicas.

De acordo com os autores Moreira e Câmara (2008) o tema identidade tem sido atualmente o objeto de estudo para as teorias sociais e educacionais, como também políticas. Em termos políticos, para que se tome conhecimento que alguns grupos são alvos constantes de discriminação e preconceito a exemplo dos negros, mulheres e homossexuais. Em se tratando de termos educacionais, este permite que o aluno desenvolva a consciência de que é

um ser em construção, bem como, contribui para o desenvolvimento de sua identidade pessoal e social.

[...] parece ser consensual a pertinência de refletir sobre quem somos nós, de examinar como nos temos transformado, bem como de nos situarmos em relação aos grupos dos quais desejamos nos aproximar, para nos sentirmos pertencendo [...] (MOREIRA; CÂMARA, 2010, p.38).

Assim, este estudo identitário se faz pertinente, pois, possibilita reflexões tanto a níveis individuais, quanto coletivas (sociais), isto é, à medida que paramos para refletir sobre o “eu”, nos fatores os quais contribuíram para essa construção.

O indivíduo para se sentir pertencente a determinado grupo ele precisa se sentir aceito, engajado, essa é uma forma de desenvolver sua identidade de modo individual e coletivo. De acordo com Silva (1995), a identidade abrange duas dimensões: a social e a individual. As identidades individual e social se constroem simultaneamente, isto é, à medida que nos relacionamos com outras pessoas e grupos, vamos nos identificando, e assim, construindo a identidade pessoal.

O indivíduo constrói a sua identidade através dos vários grupos de que faz parte, como a família, os amigos, ou a escola, desempenhando papéis diversificados. Neste jogo de relações, o indivíduo se torna consciente de sua singularidade (SILVA, 1995, p.26).

Identidade é, portanto, uma construção não apenas subjetiva, mas também, social. Zigmund Bauman (2005) faz uma analogia, uma comparação à formação da identidade, utilizando como exemplo um quebra-cabeça. De acordo com este autor, num quebra-cabeça possuímos as peças e sabemos aonde chegar, bem como a imagem que se formará ao final. Com a identidade não é assim! Os elementos vão unindo-se e aos poucos vai se construindo uma identidade, embora não seja algo que tem um resultado definitivo, ela vai sendo tecida, construindo-se, é processo, o qual não se sabe o resultado final. Para o sociólogo, a identidade é uma construção, não é algo pré-estabelecido, “[...] sim, de fato, a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”, como uma coisa que ainda precisa se construir a partir do zero [...]” (BAUMAN, 2005, P.21-22).

Identidade é o que define o indivíduo de maneira única, é uma construção própria de si, que se dá por meio de inter-relações, isto é, o indivíduo à medida que vai interagindo com

outras pessoas vai se construindo. Pois, é por meio desta interação, da socialização, que se vai construindo modos de pensar, desenvolvendo atitudes, valores, os quais irão moldar sua identidade. Nas palavras de Cavalleiro (2007, p.19)

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e abundantes de estereótipo negativos sobre negros.

Desse modo, a criança negra pode construir uma identidade negativa, visto que a sociedade atual ainda encontra-se arraigada de estereótipos negativos contra o/a negro/a, o que favorece o indivíduo branco ter uma concepção de superioridade em detrimento a estes.

Fazemos menção mais uma vez ao sociólogo Bauman (2005), agora dentro da perspectiva do pertencimento, e inferimos que o sentir-se pertencente à determinada nacionalidade se configura em algo muito importante para o indivíduo, pois o faz pensar quanto as suas origens, raízes, sua identidade. Assim, o autor traz identidade e pertencimento como algo que não é sólido. “[...] “o pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis [...]” (BAUMAN, 2005 p.17). Ao que Silva (2009) corrobora com o seu pensamento quando conceitua a identidade como processo mutável.

Segundo Silva (2009, p.96-97)

[...] não é uma essência; não é um dado, ou um fato [...] A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. [...] a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada.

Desta forma, podemos perceber que a identidade não se configura em algo de caráter definitivo, não é imutável, pois, está sempre se transformando, isto é, em permanente construção. Segundo Silva (2009), a identidade é um ato performativo, ou seja, palavras e atos juntos. Isto significa dizer que, ao subjugar um indivíduo, lançando contra este palavras que o depreciem, isto influenciará negativamente nesta construção. Assim, ouvindo histórias e palavras depreciativas continuamente e, por não ter uma educação que impulse a criança negra a sentir-se bem consigo, faz com que acabem internalizando e interfere na construção

de sua identidade. Ao se ter uma imagem negativa da população negra, tende a negar-se enquanto negro/a, a não se aceitar. “[...] Assim, a identidade resulta da percepção que temos de nós mesmos, advinda da percepção que temos de como os outros nos vêem”. (CAVALLEIRO, 2007, p.19).

Dessa forma, a construção da identidade étnica se dá a partir do momento que faço a análise de quem sou, com a imagem que tenho de mim a partir do outro. Isto é, eu me vejo no outro.

[...] a trama das relações sociais constrói, portanto, a autoconsciência. Esta identidade – posse de um eu único, singular – é resultado da própria imagem, que o homem percebe refletida no outro. Este outro é um espelho em que a identidade se confirma (SILVA, 1995, p.38).

Podemos inferir assim, a partir desses autores, que fatores histórico-sociais influenciam no modo do indivíduo ver a *si* mesmo e a seu grupo. No caso do grupo de etnia negra, por ser historicamente e socialmente visto como inferior, incapaz, indolente, como meros objetos, tende a construir sua identidade de modo negativo, visto que somos seres que internalizamos ações e palavras dos outros. Para tanto, esta identidade para ser construída positivamente implica resgatar sua cultura, valores, crenças, outros.

E a educação nesse processo deve oferecer meios para que esta identidade seja construída de modo positivo, como coloca Loureiro (2004), identidade étnica é uma autoafirmação. Nesse sentido, se queremos que a criança negra construa uma imagem positiva de si, é preciso que seja trabalhada na escola uma história e cultura afro-brasileira que a enalteça rica em elementos positivos.

E a escola é um espaço de socialização, de aprendizado, de troca de experiências. Gomes (2002, p.39) enxerga a escola “como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de identidade”. Dessa forma, para alguns a passagem pela escola pode não ter só elementos positivos, mesmo não sendo este um espaço em que a homogeneidade está presente. No entanto, ainda apresenta características de uma educação monocultural.

De acordo com Gomes (2006, p.29) “nós, professores, ainda somos formados como profissionais, para lidar com a uniformidade e com a homogeneidade”. Embora a escola seja local onde o discurso da igualdade está muito presente, percebe-se que está repleto de estereótipos e exclusões, sejam de ordem racial, de classe, ou de gênero. E em se tratando da

questão étnico-racial, esta fortalece a visão estigmatizada que se tem dos/as negros/as. “[...] A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra”. (GOMES, 2002, p.39). Construção essa que pode se dá de forma positiva ou negativa, dependendo da visão que se tem desse grupo, de sua cultura e história. Como afirmam as autoras Abramowicz e Oliveira (2006, p.45)

[...] o rendimento e a permanência escolar da criança negra acaba sendo condicionado por processos intra-escolares, pois mesmo quando o nível socioeconômico das famílias são equivalentes, ainda assim os negros, muitas vezes apresentam uma trajetória escolar diferenciada no sentido de frustrante e excludente.

Ao mencionar processos intraescolares aqui, as autoras referem-se a não valorização do negro na construção da história do país, de sua cultura, e estética, e isso tem se mostrado muito presente na escola, a qual ainda se mostra indiferente à situação de desvalorização e discriminação do/a negro/a.

Ser negro no Brasil é enfrentar cotidianamente os olhares sociais excludentes, seja na sociedade ou na escola. Assim, a forma como o currículo está dado não permite o conhecimento de outras culturas, outros povos, ou seja, os professores precisam estar atentos e querer romper com essa visão eurocêntrica, pois do contrário, podem estar contribuindo com a disseminação de discriminações sejam elas de ordem social ou racial. Faz-se necessário desenvolver práticas pedagógicas as quais as crianças negras se vejam representadas de forma positiva para que assim, possam construir sua identidade também de modo positivo.

Nossos alunos e alunas, ao passarem pela educação básica precisam vivenciar práticas pedagógicas que lhes possibilitem ampliar o seu universo sociocultural, rever e superar preconceitos, eliminar toda e qualquer forma ou comportamento discriminatório em relação ao outro. (GOMES, 2006, p.26)

As práticas pedagógicas desenvolvidas na escola precisam contemplar a diversidade étnico-racial, e contribuir com a desconstrução de pensamentos e atitudes discriminatórias.

3.3 Pertencimento étnico

O ser humano tem essa necessidade de se sentir pertencente a um grupo, e esse sentimento de pertença somente é desenvolvido quando o indivíduo se percebe parte do

grupo, se sente aceito, quando o seu modo de pensar coaduna com o do grupo ao qual deseja fazer parte. É dessa forma, que desenvolve sua identidade pessoal e coletiva.

A escola, ainda nos dias atuais conta com um currículo totalmente eurocêntrico, visto que não permite o/a aluno/a negro/a /a se ver representado/a, e quando isso acontece mostra-os/as em situações de inferioridade, desenvolvendo nestes um sentimento de rejeição e negação, haja visto que a construção da identidade parte do princípio de identificação com outros grupos e indivíduos. Assim, se percebe a representação dos seus de modo negativo tende a não querer pertencer um grupo que é visto como inferior.

Diante disto, nos questionamos: como a criança negra pode desenvolver um sentimento de pertença a um grupo visto como “inferior”? Para se sentir pertencente a determinado grupo, os indivíduos precisam ter elementos significativos deste, de forma positiva. Mas, afinal, o que é pertencimento étnico? Segundo Carreira (2013, p.41) “é o sentimento de se reconhecer e se sentir pertencendo a um grupo que compartilha histórias, culturas e experiências (inclusive de discriminação social) em função de apresentar características físicas comuns (cor da pele, cabelo etc.)”. De acordo com Silva (1995, p.36)

[...] a identificação é um processo parcialmente inconsciente e compreende um dos aspectos mais importantes da interação. Através da identificação, o indivíduo assume o papel do outro, desempenhando-o como se estivesse em seu lugar, assimilando o sistema de valores deste outro, como se fosse seu e copiando as suas ações e comportamentos.

A escola ainda tem se mostrado ineficiente no processo de valorização da etnia negra, como também, de oferecer uma imagem positivada do negro para que assim a criança se identifique, e desenvolva o sentimento de pertença. Segundo Abramowicz e Oliveira (2006, p.47)

[...] as pesquisas apresentam a escola como tendo uma base conservadora e excludente ao se pautar em um modelo de currículo que poderíamos denominar “embranquecido” diante da ausência de conteúdos que possam contribuir para que alunos negros se vejam contemplados [...].

As crianças negras ao chegarem à escola não tem o conhecimento de heróis negros, o que se fala é a respeito da escravidão, do quanto eram torturados, não eram vistos como gente, e sim como mercadoria. Veem isso potencializado nos livros didáticos, nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala. Dessa forma, passam a introjetar uma ideia de negatividade e inferioridade que lhes foram atribuídas, isto faz com que não se aceitem e

desenvolvam uma autoestima baixa. “Torna-se desejável, então, querer ser branco, já que o ideal é branco” (ABAMOWICZ; OLIVEIRA, 2006, p.51).

Aliado a isto, a sociedade tende a eleger um padrão referencial de beleza. Assim, os que não se encaixam neste padrão são escanteados. “[...] Em nossa sociedade, incorporamos dos outros os hábitos, as atitudes, as crenças e valores daquilo que é convencionado e culturalmente aceito como belo” (SILVA, 1995, p.80). Isto faz com que os/as indivíduos que neste não se encaixem, busquem formas que possam ali também estar, além de desenvolver uma baixa autoestima, e em consequência de uma auto representação negativa, que lhes foi imputada como uma sentença, uma verdade incontestável/absoluta.

A escola nesse processo de educar/formar tem o papel de romper com esses estigmas, proporcionando uma educação verdadeiramente igualitária, não supervalorizando determinada cultura e valores que consideram válidos, mas desenvolvendo um trabalho pedagógico no qual a criança negra se veja representada positivamente, e dessa forma, passe a se reconhecer, e se orgulhar de sua descendência.

4 PCN's, LEI 10.639/03 E MATERIAL DIDÁTICO: sua importância na formação de professores

O Brasil, mesmo sendo um país plural, ainda não sabe lidar com essa diversidade, pois mantém um ensino, currículo e livros didáticos marcados por uma cultura vista como superior, de matriz europeia, que supervaloriza essa história em detrimento da africana e indígena (FERNANDES, 2005). Dessa forma, o/a negro/a encontra dificuldade em permanecer na escola, o que acarreta a descontinuidade em sua trajetória educacional. Segundo Fernandes (2005, p.381)

Currículos e materiais didáticos que silenciam e chegam até a omitir a condição de sujeitos históricos às populações negras e ameríndias têm contribuído para elevar os índices de evasão e repetência de crianças provenientes dos estratos sociais mais pobres. A grande maioria adentra nos quadros escolares e sai precocemente sem concluir seus estudos no ensino fundamental por não se identificarem com uma escola moldada ainda nos padrões eurocêntricos, que não valoriza a diversidade étnico-cultural de nossa formação.

Para complementar o que foi mencionado, consideramos relevante apresentarmos um dado importante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010, o qual aponta a diferença no acesso à educação pela população negra. Os dados mostram que grupos de pessoas com idade entre de 15 a 24 anos que frequentavam as instituições de ensino superior, 31,1% eram brancos, enquanto que apenas 12,8% negros e 13,4% pardos. Isso mostra que esses grupos ainda encontram dificuldades em permanecer na escola e, conseqüentemente, chegar ao ensino superior.

Assim, em busca de reconhecimento e engajados na luta contra o racismo e preconceito, grupos negros realizam movimentos no intuito de exterminá-los, como também lutam por direitos de igualdade e de oportunidade. Outro motivo dessa luta é na área educacional no que tange o currículo e ao livro didático, os quais ainda difundem uma imagem distorcida a respeito da História Africana e Afro-brasileira.

Por meio desses movimentos surge a Lei 10.639/03 a qual veio acrescentar dois artigos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. (BRASIL, 200)

A referida Lei permite, pois, que se faça conhecer a história do povo africano, como também as lutas dos povos afro-brasileiros, e ainda suas contribuições para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, a Lei 10.639/03 em seu Art. 26-A torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nas instituições de ensino pública e privada, nos níveis Fundamental e Médio, uma medida tomada para que se faça conhecer a luta e história do povo negro, como também a valorização de sua cultura e identidade, contribuindo, significativamente contra a discriminação e o preconceito.

Fica estabelecido também, em seu parágrafo segundo, que as disciplinas como Artes, Literatura e História Brasileira devam dar enfoque a História e cultura Afro-brasileira, se fazendo necessário que as escolas mudem o currículo para atender a essas exigências.

Desse modo, com a outorgação da Lei percebemos que não há uma disciplina específica para se trabalhar a história e cultura africana e afro-brasileira, mas que esta deve ser abordada na perspectiva da interdisciplinaridade. Vale salientar que antes mesmo da referida Lei já existiam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s), os quais tinham como proposta o trabalho com o tema “pluralidade cultural”, para que fosse trabalhado na perspectiva da transversalidade. Entretanto, poucos professores conhecem e trabalham com os PCN’s.

A Lei 10.639/03 também estabelece que o dia 20 de novembro, de acordo com o Art. 79-B passa a ser incluído no calendário escolar como “O Dia Nacional da Consciência Negra”, data esta que marca a morte de Zumbi dos Palmares, herói negro, símbolo de resistência à escravidão. Dia este o qual a escola não pode deixar passar despercebido, pois é um momento excelente para que se coloque em discussão a história e cultura africana e afro-brasileira, as lutas as quais travaram o que na nossa concepção deveria acontecer sempre não

apenas neste dia, tendo em vista a importância da contribuição do povo negro para a nossa história. De acordo com Romão (2001), trabalhar a diversidade étnica apenas em datas comemorativas não é suficiente para que a criança negra se sinta pertencente a determinado grupo, ou passe a si valorizar e, construir uma imagem positiva de si, visto que esses temas são abordados na perspectiva da dominação e da escravização.

Mas, mesmo existindo a obrigatoriedade da Lei não é o suficiente, torna-se necessário que os professores também se engajem nesta luta, para que não se torne letra morta. Só assim, por meio do comprometimento destes/as, é que alunos/as – desde a educação básica até o ensino superior – passarão a conhecer e se reconhecer na história do povo negro, ainda marginalizado e segregado.

Vale salientar que a Lei data de 2003 e, embora já tenha 12 anos, como bem coloca Oliva (2003) muitos professores que estão em sala de aula não tiveram em seu período de formação nenhum conhecimento referente a essa temática, e isso pode dificultar sua implementação. E aqui ousamos dizer que essa não formação, não pode e nem deve se configurar em um empecilho, pois mesmo o/a professor/a não tendo conhecimento para trabalhar com a temática, pode procurar formações contínuas, pesquisar, para que assim, a Lei se efetive. É necessário evidenciarmos que

Pesquisar sobre o assunto que vai tratar com os alunos não significa somente ler o livro didático, pois se ficassem só nisto haveria grandes lacunas a serem resolvidas por estes professores. A pesquisa consiste em ler autores diferentes, mesmo que sejam de livros didáticos, estar atento às novidades, às novas linguagens, aos novos conceitos. Criar o hábito de buscar informações. (LAUREANO, 2008, p.342)

Dessa forma, o professor deve ser um bom pesquisador, está sempre buscando novas informações, revendo sua prática para que esta não se torne defasada e excludente. Como diz Cavalleiro (2001), se reservar ao direito do silêncio por não se sentir preparado para abordar determinada temática só irá contribuir para a reprodução de estereótipos, e discriminação contra o/a negro/a, o que também permite que as crianças brancas desenvolvam um sentimento de superioridade em relação a estes/as.

Os órgãos competentes devem oferecer formações continuadas no que diz respeito à temática da diversidade étnica racial, como também, produzirem materiais didático-pedagógicos (dando enfoque as lutas travadas pelos negros, retratando sua história, etc.) para que deem suporte ao trabalho dos/as professores/as, visto que somente força de vontade não é o suficiente para desenvolvê-lo bem, mas se houver formação de base crítica influenciará na

escolha do material didático para não permanecermos com livros que disseminam uma visão deturpada da história, repleta de preconceito, discriminação e estereótipos contra o/a negro/a.

Para Silva (2001, p.66), “um/ a profissional capacitado/a estará apto/a a reverter de maneira positiva um material didático eventualmente ruim [...]”, quando trabalham esses materiais com seus alunos, permitindo que desenvolvam a criticidade por meio da análise dos conteúdos presentes nestes. Da mesma forma, os produtores dos livros didáticos como bem ressalta Pinto (1987), devem está atentos as “distorções e omissões” presentes nestes materiais.

De acordo com Cavalleiro (2001, p.154) “[...] O contato com material pedagógico displicente com a diversidade racial colabora para estruturar em todos os/as alunos/as uma falsa ideia de superioridade racial e de inferioridade negra”. Para a autora a escolha de material didático que não contemple os diversos grupos étnicos, mas que supervaloriza uns em detrimento de outros, permite que se efetive pensamentos de superioridade no grupo valorizado e de inferioridade no grupo invisibilizado.

Portanto, a formação do professor pode contribuir significativamente para combater estereótipos negativos, como também, o racismo, isso porque tendo o conhecimento a respeito da história africana, e das lutas travadas pelos povos afro-brasileiros, pode ir além em sala de aula, rompendo com estigmas, desmistificando uma história, a qual o currículo insiste em manter oculta.

Sabemos que o livro didático é um dos recursos ainda muito utilizados por esses profissionais, os quais têm contribuído para a reprodução de uma visão que inferioriza, pois, traz o indivíduo negro como objeto, mercadoria, resultado de uma visão eurocentrista.

Não ser visível nas ilustrações do livro didático e, por outro lado, aparecer desempenhando papéis subalternos, pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de auto-rejeição e de rejeição ao seu grupo étnico/racial. (SILVA, 2005, p.25)

O que se percebe ainda mesmo após a Lei, é que o/a negro/a, como sua História e Cultura são invisibilizados no currículo escolar, o livro didático legitima uma falsa visão em relação a este/a, e o/a professor/a ainda não se sente seguro para tratar do assunto em sala de aula, reservando-se o “direito” do silêncio mesmo diante de atitudes que inferiorizam e discriminam o/a negro/a.

É importante também, mencionarmos outra Lei, a de nº 11.645/08 que complementa a Lei 10.639/03 trazendo a esta a perspectiva indígena, que na Lei anterior não fora mencionado. Em seu único artigo, no parágrafo primeiro está escrito

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008)

Dessa forma, a Lei 11.645/08 veio para que se fizesse reconhecer tanto os indígenas, quanto os negros como atores principais na construção da nossa história, que tivessem sua cultura, e história valorizadas, dando, ênfase a esses dois grupos étnicos que foram excluídos e invisibilizados da história nacional por muito tempo.

É importante que se diga que a Lei ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena devem ser trabalhadas proporcionalmente, o professor não deve priorizar um determinado grupo porque se sente mais a vontade, estes devem ser abordados com a relevância que merecem, por terem influenciado cultural, econômica e historicamente o nosso país.

4.1 Do ensino de História ao de História da África nos bancos escolares

No que diz respeito ao ensino de História da África, como já vínhamos falando é uma exigência da Lei, ensino este que ainda é abordado de forma superficial. Mas para falarmos a respeito deste, é importante fazermos uma alusão ao ensino de História atualmente presente nas escolas.

É verdade que o ensino de História ainda é marcado como algo desinteressante, ou visto simplesmente como forma de decorar grandes acontecimentos e datas, por parte dos alunos. Se perguntarmos, a alguns alunos se eles gostam de História, é possível que muitos respondam não, isso se deve ao fato desse ensino de história carregar estigma de disciplina decorativa, que apenas relata acontecimentos.

Se o ensino de história vem sendo tão detestado, sabemos que em grande parte isto ocorre devido aos excessos de nomes e datas a serem “decorados”

pelos alunos, juntamente com o infundável jogo de causas e consequências entre os processos históricos ao longo dos séculos. (SANTOS, 2002, p.64)

Dessa forma, sendo o objetivo do ensino de história propiciar a construção de sujeitos pensantes e críticos, se faz necessário que o trabalho esteja pautado numa metodologia de ensino que possibilite o aluno refletir, criticar, expor suas ideias, analisar, e se questionar quanto à determinada informação, assim possibilitá-lo interpretar os fatos, e como diria Paulo Freire, “ler o mundo”. E ao ler o mundo, possam de forma autônoma construir seu conhecimento.

Assim, com a obrigatoriedade da Lei 10.639/03 para que o ensino de história e cultura da África esteja presente no currículo não significa que esta seja a única ministrada. E aqui concordamos com Laureano (2008), o que se propõe é um ensino de História que possibilite a integração do ensino da História da África, não supervalorizando o ensino da história europeia, e menos ainda minimizando a História da África, a proposta é que se trabalhem os dois com a mesma intensidade, valorizando ambas, mostrando as contribuições de cada uma, no intuito de valorizar as diversas culturas existentes.

Dessa forma, o ensino da História da África irá permitir a valorização da população de descendência africana, como também, o conhecimento sobre a sua História.

[...] A narrativa histórica sobre a África pré-colonial vai resultar na informação sobre um povo que teve sua história negada e, portanto, vai permitir ao jovem uma capacidade crítica e reflexiva quanto à sua própria condição de descendente de africano (LAUREANO, 2008, p.337).

Por meio do ensino da História da África o/a aluno/a vai passar a conhecer a real história do povo africano, contribuindo para que o/a aluno/a (negro/a ou branco/a) passe a enxergar o negro de outra forma, na perspectiva da valorização, possibilitando a desconstrução de estereótipos, como também, do preconceito, que são construídos pelos sujeitos no decorrer de suas vidas.

Laureano (2008 p.343) afirma que “[...] o povo negro sofre preconceitos há séculos e somente o conhecimento da história e de uma compreensão de sua cultura vai encaminhar a nossa sociedade para o rompimento com práticas preconceituosas e discriminatórias”. Percebemos assim, que o ensino da História da África é indispensável.

O ensino voltado ao conhecimento da História da África irá permitir o negro se reconhecer enquanto negro, ter orgulho de sua descendência, se valorizar, perceber que na

história do seu povo não existiu só escravidão, existiu produção de cultura, lutas, resistência, o que vai possibilitá-lo desenvolver uma imagem positiva de si mesmo. Compreendemos que os PCN's, a efetivação da Lei 10639/03 e a aquisição de Livros Didáticos que contemplem a História do povo negro, suas lutas e nossas heranças trazidas por eles, são elementos indispensáveis para a formação de educadores/as.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISES DOS DADOS: apresentando resultados

A pesquisa teve como foco o processo de construção da identidade da criança negra em escolas públicas do Distrito de São Gonçalo no município de Sousa/PB. Para isso buscamos analisar: como as práticas desenvolvidas pelos professores do Ensino Fundamental I contribuem para a construção da identidade das crianças negras; investigar como os professores abordam a questão da diversidade étnico-racial na escola; averiguar se as práticas teórico-metodológicas utilizadas pelos/as professores/as contribuem para que as crianças negras construam uma autoimagem positiva; e ainda, observar a postura dos/as professores/as frente às questões étnicas, tendo como objeto de estudo, o processo de construção da identidade da criança negra.

Desse modo, utilizamos a pesquisa de campo, que ocorre “por meio da observação direta das atividades do grupo estudado” (GIL, 2009, p. 53). Segundo este autor, nessa modalidade de pesquisa, o pesquisador passa muito mais tempo em contato com o grupo ou comunidade que estuda e, isto é imprescindível para melhor compreensão e análise dos dados coletados.

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados um questionário, “[...] técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações [...]” (GIL 2008 p.121). Neste sentido, a pesquisa tem um caráter quantitativo e qualitativo, pois, os dados coletados estão expressos de forma quantitativa e qualitativa, em função da qualidade das respostas.

Partindo do referencial teórico trabalhado e da perspectiva que acreditamos ser importante discutir questões étnico-raciais na escola, aplicamos um questionário com 16 (dezesseis) perguntas, sendo 12 (doze) abertas e 04 (quatro) fechadas, a um grupo de 09 professores do Distrito de São Gonçalo no município de Sousa/PB. Fora aplicado a professores do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I, de 04 (quatro) escolas públicas. Do total de professores/as pesquisados/as temos 01 (um) homem e 08 (oito) mulheres, com idade entre 35 e 60 anos. Desses, 07 (sete) tem formação em Pedagogia, 01 (um) Ensino Médio (Normal), e um não respondeu. Para tanto, serão nomeados/as de **P** cada um dos/as professores/as que aceitaram fazer parte desta pesquisa, incluindo a numeração de 01 (um) a 09 (nove) a estas/e respectivamente.

5.1 Análise dos dados

Neste ponto traremos as análises das respostas dadas pelos professores/as pesquisados/as.

A primeira Questão trata da concepção que cada um/a destes/as possui sobre *diversidade étnico-racial*. Ao serem questionados/as sobre, 06 (seis) professores/as responderam que se trata de *mistura de povos/raças*. As demais respostas incluem outros aspectos da vida humana.

Quadro 1 – Diversidade étnico-racial.

MISTURADE POVOS/RAÇAS	06
Diversas culturas, línguas, costumes.	P 9
É um conjunto definido por afinidades linguísticas e culturais de um grupo onde a cor da pele está marcada por desigualdades e discriminação especialmente contra negros e indígenas.	P 4
É um conjunto de princípios morais que devem ser observados na atuação social através da Diversidade sociocultural, a ética, em nossa sociedade, está estritamente relacionada ao respeito à dignidade humana.	P 6

Fonte: dados da autora

Assim, percebemos que alguns/as professores/as possuem uma visão mais ampla a respeito do que seja a diversidade. Para Carreira (2013, p.59) diversidade “significa reconhecer a variedade e as muitas diferenças entre aqueles e aquelas que fazem parte de um coletivo, grupo, comunidade, população etc”. Endossamos a visão de Carreira (2013) e acreditamos que a perspectiva da diversidade étnico-racial ainda precisa ser muito trabalhada nas escolas.

Na segunda questão, indagamos *se possuem formação sobre a temática*, 04 (quatro) responderam que **sim** e 05 (cinco) responderam que **não**. No entanto, é preciso evidenciar que esta formação se deu em disciplinas sobre o assunto, citadas por estes/as. Ou seja, não são formações específicas sobre a temática.

Quadro 2 – Formação sobre a temática étnico-racial.

SIM	NÃO

04	05
O curso de pedagogia ofertou uma disciplina chamada Educação, cultura e diversidade, muito rica. P.7	
A disciplina diversidade cultural. P.8	

Fonte: dados da autora

Isto demonstra que a necessidade de investimento em formação sobre questões étnico-raciais persiste, mesmo após as Leis 10.639/03 e 11.545/08. Nossos/as professores/as precisam de mais apoio para realizar Formações e Capacitações continuada. Só assim, estaremos caminhando junto com as demandas e necessidades diárias da Educação.

Sugere-se, para tanto, um esforço por parte dos órgãos governamentais ligados à área de promoção da igualdade racial, no sentido de oferecer, em parcerias com as instâncias educacionais, cursos de extensão sobre a história da África e de cultura afro-brasileira, bem como a publicação de material didático pedagógico que possa dar suporte técnico a atuação desses docentes no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. (FERNANDES, 2005, p.384).

Ao questionarmos se percebem *importância em discutir sobre diversidade étnico-racial em sala de aula*, todos afirmaram que **sim**. Apresentamos a seguir algumas falas que comprovam isso.

Quadro 3 – Relevância de se discutir sobre diversidade étnico-racial.

Sim, precisamos trabalhar o tema em sala de aula enfatizando a importância do ser humano independente de sua cor e de sua raça. P 2
É muito importante destacar a diversidade étnico-racial como forma de acabar com o preconceito e a discriminação. P 3
Para que todos, independente de raça, cor, sexo, religião entenda que os direitos são iguais e não há diferença. P 4
Para que todos, independente de raça, cor, sexo, religião entenda que os direitos são iguais e não há diferença. P 4
E de fundamental importância falar da história dos povos formadores da sociedade brasileira, mostrando suas etnias e suas culturas enfatizando seus valores e crenças. P7

Fonte: dados da autora

Analisando as falas dos/as professores/as pesquisados/as, percebemos que eles veem a importância de trabalhar a diversidade de modo que seus/suas alunos/as compreendam que somos iguais e que possuímos os mesmos direitos, independente da cor da pele, e isto também deve partir do ambiente escolar.

[...] A diversidade está presente em cada entrelinha, em cada imagem, em cada dado, nas diferentes áreas do conhecimento, valorizando-a ou negando-a. É no ambiente escolar que as diversidades podem ser respeitadas ou negadas. É da relação entre educadores/as, entre estes/as e os/as educandos/as e entre os educandos/as que nascerá a aprendizagem da convivência e do respeito à diversidade. “A diversidade, devidamente reconhecida, é um recurso social dotado de alta potencialidade pedagógica e libertadora. A sua valorização é indispensável para o desenvolvimento e a inclusão de todos os indivíduos (BRASIL, 2009, p33).

O trabalho pedagógico voltado à perspectiva da diversidade permite que esta seja conhecida, valorizada, como também, contribui para o respeito ao outro, ao que é diverso.

Ao questionarmos se *abordavam a temática em sala de aula*, caso abordem, qual *metodologia e com que frequência o fazem*, e se sentiam *preparados/as* para. Responderam.

Quadro 4 – O trato com a diversidade étnico-racial em sala de aula.

ABORDAM A TEMÁTICA EM SALA DE AULA				
SIM		NÃO		
09		-----		
METODOLOGIA UTILIZADA				
CARTAZES	VÍDEOS	TEXTOS	DRAMATIZAÇÕES	FILMES
02	02	05	02	02
FREQUÊNCIA				
SEMPRE	QUASE SEMPRE	ÀS VEZES	DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA	OUTROS
02	01	06	-----	-----
SE SENTEM PREPARADOS PARA ABORDAR A TEMÁTICA				
SIM		NÃO		NÃO RESPONDEU

08	-----	01
Sim, mas nem tanto, pois faltam recursos e formações para nós professores. O tema é complexo e faltam materiais pedagógicos suficientes para o enfrentamento da problemática. P.1		
Tenho conhecimento básico. Tento passar aos alunos que não deve existir preconceito independente da cor de pele. Todos tem o mesmo direito. P.5		
O período de Formação acadêmica me proporcionou um bom suporte para trabalhar esta temática, já que tinha professor qualificado para este tema. P.7		
Sim, buscamos recursos na internet, aperfeiçoando o conhecimento e usando de forma pratica de acordo com o nível de cada turma. P.9		

Fonte: dados da autora

Obs: foram citadas mais de uma metodologia utilizada, por esse motivo os dados não batem com o total de professores/as pesquisados/as.

Com base nas respostas dadas, percebemos que os/as professores/as abordam a diversidade étnico-racial em sala de aula, vemos isso como um ponto positivo, no entanto, a frequência com que o fazem em nossa concepção ainda é muito baixa, tendo em vista a relevância de abordar temas como este. No que diz respeito a que tipos de metodologias utilizam, percebemos o uso de metodologias diferenciadas para abordar a temática, os textos informativos e explicativos são um dos mais usados. Em relação a se sentirem preparados para abordarem a temática a maioria mencionou que sim. Para essa questão tivemos respostas muitos diversificadas. Há aqueles/as que se sentem inseguros/as, aqueles/as que dizem ter conhecimento básico sobre o tema, os/as que buscam subsídios, e aqueles/as que são as exceções os/as quais tiveram uma formação voltada à questão étnica e, por isso se sentem preparados/as para abordar a temática em sala de aula.

De acordo com Laureano (2008, p.342) “[...] o professor deve ser pesquisador e para tanto capaz de buscar o conhecimento necessário para a prática que pretende desenvolver em sala de aula”. As informações estão postas, cabe a estes/as utilizarem de sua criticidade, e se apropriar ou não destas informações para desenvolver um bom trabalho.

Quando questionados *como a escola lida com a questão da diversidade étnico-racial* os/as professores/as responderam:

Quadro 5 – Projetos: forma de lidar com a diversidade étnico-racial nas instituições.

<p>Sempre desenvolvemos projetos. Este ano já foi desenvolvido com a temática bullying, que estimulou a todos, debatemos em sala sobre a questão do preconceito contra as raças e religiões. P.1</p>

Há uma grande preocupação por parte da escola com intuito de acabar com todo tipo de discriminação sendo que o principal meio é a realização de projetos. P.3
A instituição vem trabalhando projetos abordando sempre os temas em questão como: o bullying, os preconceitos raciais e religiosos. P.4
A referida escola trabalha com projetos. P.9

Fonte: dados da autora

Pela fala dos/as professores/as percebemos uma preocupação com a perspectiva da discussão da temática na escola, principalmente através de projetos como uma ação afirmativa contra a discriminação e o preconceito, o que para nós é algo positivo, isso se tivesse um projeto específico para abordar a diversidade étnica racial de modo completo, vasto, para que por meio do conhecimento da História e cultura do povo negro seja desfeito o pensar sobre estes como seres inferiores, e assim, por meio do conhecimento romper com a discriminação e o preconceito. No entanto, percebemos que não existe um projeto próprio abordando a diversidade étnica nas instituições pesquisadas, que contemple o negro na sua inteireza. **P 1** respondeu que foi feito um projeto sobre bullying “que estimulou a todos, debatemos em sala sobre a questão do preconceito contra as raças e religiões”. Entretanto, não trabalharam as questões étnico-raciais especificamente. A esse respeito Carreira (2013, p.33)

Atualmente, em muitos lugares, as situações de racismo que marcam historicamente a realidade escolar brasileira vêm sendo consideradas como parte do chamado bullying, palavra em inglês que significa o ato de maltratar e humilhar alguém. É necessário discutir criticamente a relação entre racismo e bullying, já que muitas vezes o bullying é abordado a partir de uma perspectiva que descontextualiza e individualiza o fenômeno da discriminação, apagando sua dimensão social.

De acordo com autora ao se trabalhar a questão étnica levando em consideração apenas os apelidos pejorativos lançados a uma pessoa, ou seja, focando o individual, e esquecendo os fatores social e histórico desse grupo étnico não é interessante, visto que esse preconceito e discriminação são de escala social e não individual fato que estaria diminuindo a importância de se discutir um tema tão complexo. Portanto, deve-se desenvolver o trabalho de modo que se conheça profundamente a história do negro, em sua dimensão social e histórica, como também, de sua valorização. Assim, faz-se necessário um projeto exclusivo para tratar dessas questões, as quais não podem, muito menos não devem ser simplificadas.

Questionamos ainda se *na graduação em algumas das disciplinas houve informação/discussão sobre a História da África e/ou do povo negro*, 04 (quatro) responderam que **sim** e 05 (cinco) responderam que **não**.

Quadro 6 – Formação acadêmica.

SIM	NÃO
04	05
Educação Pluriétnica e de gênero – A disciplina foi abordada sempre através de textos e debates sobre etnias e raças. P.1	
Metodologia do ensino de Estudos sociais – História e Geografia. Foi muito proveitoso, pois todos os textos trabalhados teve clareza o mais funcional possível para melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem. P.6	
A disciplina foi Educação, cultura e diversidade, as aulas eram bastante proveitosas com aula de campo e debates ricos sobre a temática estudada. P.7	
Diversidade cultural. P.8	

Fonte: dados da autora

Percebemos que ainda é incipiente o ensino de História da África nas graduações, pois, são poucos os professores/as que tiveram alguma informação a esse respeito. De acordo com Oliva (2003, p.428) “[...] muitos professores formados ou em formação, com algumas exceções, nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a História da África”. Isso dificulta a efetivação da Lei 10.639/03, visto que não se pode ensinar o que não se conhece.

Questionados *se percebiam em sala de aula algum conflito entre os alunos envolvendo a cor da pele* 03 (três) responderam que **sim**, 06 (seis) responderam que **não**. Aos que afirmaram presenciar cenas desse tipo, perguntamos como reagiam diante dessas situações, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 7 – Conflitos envolvendo a cor da pele.

SIM	NÃO
03	06

Em casos isolados, as vezes alguns alunos utilizam de termos “cômicos” para se destratarem. Quando presencio momentos como esse tento intervir de forma a levar cada aluno a reflexão. P.1
Sim, encontramos alunos racistas mas procuramos trabalhar o assunto dando ênfase a importância do homem independente da cor e da raça. P.2
São raros os casos, em momentos como esses cabe ao professor levar o educando a uma discussão como reflexão. P.4

Fonte: dados da autora

Pelos dados, percebemos que são poucos os professores que percebem situações que envolvem conflitos raciais e quando percebem levam seus/as alunos/as à reflexão. Analisando os discursos percebemos que os professores não silenciam diante de conflitos os quais as crianças negras são alvos de “brincadeiras” ou apelidos de cunho depreciativo envolvendo a cor da pele, o que consideramos importante. De acordo com Cavalleiro (2001, p.157-158)

Toda e qualquer reclamação de ocorrência de discriminação e preconceito no espaço escolar deve servir de pretexto para reflexão e ação. [...] Quem ofendeu, ironizou ou discriminou o outro indivíduo é levado a entender sua atitude como negativa. É imperativa a interferência dos educadores.

A fala da autora é muito elucidativa, o professor não pode silenciar diante de conflitos raciais, pois se assim o fizer estará sendo conivente com atos discriminatórios, do mesmo modo, estará permitindo que situações desse tipo voltem a acontecer, já que a ação do aluno não foi criticada.

Indagamos aos professores/as se eles/as viam o uso do livro didático como *dispensável* ou *indispensável*. Ainda questionamos *qual a concepção deles/as quanto à história do negro no Brasil e, se o livro didático poderia contribuir com a disseminação do preconceito racial*. Quanto ao uso do livro didático 03 (três) disseram ser **dispensável**, 05 (cinco) disseram ser **indispensável** e 01 (um) **não respondeu**. No que diz respeito a contribuir com a disseminação do preconceito, 08 (responderam) que **sim**, e 01 (um) **não respondeu**.

Quadro 8 – O livro didático na concepção dos/as professores/as.

UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO EM SALA DE AULA		
DISPENSÁVEL	INDISPENSÁVEL	NÃO RESPONDEU
03	05	01
O LIVRO DIDÁTICO PODE CONTRIBUIR COM O PRECONCEITO RACIAL		

SIM	NÃO	NÃO RESPONDEU
08	-----	01
A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL RETRATADA NO LIVRO DIDÁTICO		
Geralmente a história do negro, era sempre retratada como forma de escravidão, de lutas, fugas etc. P.3		
Nos livros os negros são só tratados como escravos e se fala de sua origem e cultura. P.5		
De modo geral, os livros didáticos, principalmente os de Histórias, influenciados por uma Historiografia de matriz positiva omitindo o papel do negro com agente histórico. P.6		
Na minha concepção a história do negro no Brasil retratada nos livros didáticos deixa muito a desejar, o negro ainda é mencionado de forma escondida e desvalorizada. P.7		

Fonte: dados da autora

Por meio dos dados, percebemos que os/as professores/as entendem que o livro didático é uma ferramenta que pode contribuir com a disseminação do preconceito racial, no entanto, ainda é um dos recursos mais utilizados por eles/as, e visto como indispensável.

É perceptível também, nas falas dos/as professores/as, que eles/as percebem que a História do povo negro no livro didático está sendo descrita na forma da escravidão, são invisibilizados, negam a estes/estas a condição de sujeitos. Isto é, a história, cultura e luta de um povo se resume a fatos que o inferioriza, e estigmatiza, como se não existissem outros fatos para serem mencionados.

O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma na simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros. (SILVA, 2005, p.23). [sic]

De acordo com a autora o livro didático não aborda de forma fidedigna a história dos diversos grupos, entre eles o negro. Distorce profundamente a realidade, o que pode também, ser alienante, um grande gerador de preconceito contra grupos étnicos considerados inferiores/subalternos. Dessa forma, estes/as professores/as, entendendo o livro como disseminador do preconceito e como um instrumento que omite a real História do povo negro, se faz imprescindível que na escolha deste material, utilizem de sua criticidade, do mesmo modo, permitam que seus alunos desenvolvam sua criticidade na utilização deste, para que assim, não colabore com a disseminação do preconceito e discriminação contra esse grupo étnico.

E por fim *questionamos se conheciam a Lei 10.639/03 e o que compreendiam dela*. 05 (cinco) responderam que **sim, a conheciam**, e 04 (quatro) responderam que **não**.

Quadro 9 – Aspectos da Lei 10.639/03.

CONHECEM A LEI 10.639/03	
SIM	NÃO
05	04
O QUE COMPREENDEM DA LEI	
É um estímulo para resolver questões que versem sobre o preconceito em sala de aula. Falar sobre a África em sala de aula com os alunos abre portas para o debate sobre etnia e diversidade cultural. A lei torna obrigatório o ensino sobre e cultura afro-brasileira nas escolas do Brasil. P.1	
Com a criação dessa lei se tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todas as instâncias de ensino, como forma de incentivar as autoridades de ensino, no combate à discriminação. P.3	
Compriendo que é uma lei que (que) institui a obrigatoriedade, em todos os estabelecimentos de ensino do país, quanto ao estudo da história e da cultura dos afro-brasileiros e dos povos indígenas brasileiros. P.7	

Fonte: dados da autora

Analisando as respostas, percebemos que os professores concebem a Lei como forma de combater a discriminação e preconceito que o povo negro sofre, e ainda mencionam a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira, como uma forma de trazer a tona esse tema que é tão pouco discutido nos bancos escolares, local onde a diversidade está tão presente. Com relação a isto concordamos com Fernandes (2005 p.382), quando diz que

Somente o conhecimento da História da África e do negro poderá contribuir para se desfazer com os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro, além de contribuir para o resgate da auto-estima de milhares de crianças e jovens que se vêem marginalizados por uma escola de padrões eurocêntricos, que nega a pluralidade étnico-cultural de nossa formação.

Assim, por intermédio da Lei, a História e Cultura africana e afro-brasileira passarão de invisíveis a visíveis. Dessa forma, tendo o professor cada vez mais familiaridade com a Lei e sua importância, poderá desenvolver um trabalho de modo que a criança negra se veja representada e passe a valorizar a *si* e a reconhecer-se como pertencente a um grupo étnico de grande valor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da realização desta pesquisa percebemos a importância de trabalhar com os/as nossos/as alunos/as a respeito da diversidade étnico-racial, pois permite que estes/as ampliem seus conhecimentos no que diz respeito a conhecer as diferentes culturas e povos que compõem o nosso país, e assim, poderão ser desfeitos conceitos do “*eu*” e do “*outro*” como diferente, dissolver o preconceito e o racismo, bem como, toda forma negativa de ver os grupos excluídos social e educacionalmente como é o caso de negros, indígenas, entre outros.

Assim, percebemos por meio dos dados coletados e analisados, que o trato com a diversidade étnico-racial em nossas escolas ainda é incipiente, mesmo os/as professores/as reconhecendo à importância de se trabalhar a temática em sala de aula, a frequência com a qual o fazem na nossa concepção ainda é muito pequena, tendo em vista que 06 (seis) professores/as disseram que trabalham com a temática às vezes. No que diz respeito à forma como as instituições lidam com essa questão, ainda deixa muito a desejar, pois, não desenvolvem projetos os quais contemplem a diversidade étnica. Não estamos dizendo que só o fato de desenvolver projetos seja o suficiente, mas o desenvolvimento de projetos, junto com práticas pedagógicas efetivas é um passo em direção a uma educação para a diversidade de forma mais efetiva.

Vimos também, que muitos/as professores/as não possuem uma formação voltada às questões étnicas e isto pode estar dificultando o trabalho voltado a essa perspectiva. A partir disso, sugerimos que os órgãos competentes se esforcem no sentido de oferecer formações, para que professores/as possam estar mais preparados para abordar a temática em sala de aula com seus/as alunos/as.

Tendo em vista a outorgação da Lei 10.639/03 a qual torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira é perceptível que essa prática em nossas escolas esteja ainda longe de se efetivar, pois, como mostrado nas análises alguns/as professores/as não a conhecem, nem sabem do que se trata, mesmo 12 anos após sua implementação. Outro fato que pode ser mencionado é que 09 (nove) dos/as professores/as pesquisados/as 05 (cinco) em suas graduações não cursaram disciplinas que discutissem a respeito da História da África e ou do povo negro.

Ficou perceptível que o livro didático ainda é um dos recursos mais utilizados por professores/as e, que é preciso utilizá-lo com cuidado para que não se incorra através deste material, na invisibilidade do povo negro. Assim, se faz necessário que se invista em materiais

os quais valorizem a diversidade existente em nosso país, para que não continuemos a disseminar uma falsa visão quanto a esse grupo étnico.

Assim, a partir de todas as informações coletadas, acreditamos que as escolas podem não estar possibilitando que as crianças negras desenvolvam sua identidade de modo positivo. Dessa forma, compreendendo a importância da temática e que a escola contribui, direta e indiretamente para construções de identidades, faz-se necessário que esta rompa com essas práticas homogêneas e monoculturais e, adira o mais rápido possível a um currículo plural, que visualize a diversidade como algo bom e rico para o nosso povo. Só assim, nossas crianças negras perceberão que tem valor e serão alunos/as, crianças, e no futuro, adultos/as mais felizes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA Fabiana de. A escola e a construção da identidade na diversidade. In: ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação como prática da diferença**. (Orgs). Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006. P.41-63

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Zahar, 2005

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > Acesso em: 18/05/2015

_____. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: < http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf > Acesso em: 15/11/2015

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espirtas-sem-religiao>> acesso em: 17/08/2014

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> > Acesso em: 05/08/2014

_____. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: [s.n.], 2003. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> acesso em: 17/08/2014

_____. **Lei 11. 645 de 10 de março de 2008**. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm > acesso em: 24/04/2015

CARREIRA, Denise. **Indicadores da qualidade na educação**: relações raciais na escola/ Denise Carreira, Ana Lúcia Silva Souza. - - São Paulo : Ação Educativa, 2013. Disponível em: < http://www.acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Indicadores_RR_vf.pdf > Acesso em: 16/11/2015

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 5 ed. São Paulo. Contexto, 2007.

_____. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In CAVALLEIRO, Eliane (Org.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. 4º edição /São Paulo: Selo Negro, 2001 p. 141-160.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4º ed. Rio de Janeiro. Nova fronteira. 2000.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em: 05/08/2014

GIL, Atonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas S.A. 6ª ed. 2008.

_____, Atonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas S.A. 4ª ed. 2009.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo. Contexto. 2010. p.176-191.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In. ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA Lucia Maria De Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs). **Educação como prática da diferença**. Campinas, SP. Armazém do Ipê (utores Associados) 2006. p.21-40.

_____. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In. CAVALLEIRO, Eliane. (Org.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. 4º ed. São Paulo. Selo Negro. 2001. P. 83-96

_____. **Educação e Identidade Negra**. Aletria. 2002.

Disponível

em:

<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/viewFile/1296/1392>>

Acesso em: 05/08/2014

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento negro e educação**. Set/Out/Nov/Dez 2000 n°15 p. 134-158. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>> Acesso em: 14/05/2015

HASENBALG, Carlos A; SILVA, Nelson do Valle. **Raças e oportunidades educacionais no Brasil**. Cad. Pesq. São Paulo (73) maio 1990. p. 5-12 Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1092>> Acesso em: 20/04/2015

LAUREANO, Marisa Antunes. **O ensino de História da África**. Ciênc. let., Porto Alegre, n 44, p.333 349, jul./dez. 2008 Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/849144/mod_resource/content/1/LAUREANO%2C%20Marisa.%20Ci%C3%AAnc.%20Let.%20Porto%20Alegre.pdf> Acesso em: 15/04/2015

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Identidade étnica em re-construção:** a ressignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmica de grupo, na perspectiva existencial humanista. Belo Horizonte. O Lutador. 2004

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CÂMARA, Michelle Januário. Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica. In. MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria. (Orgs.) **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis/RJ. Vozes, 2010 p.38-66

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares.** Representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 3, 2003, pp. 421-461. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eaa/v25n3/a03v25n3.pdf>> Acesso em: 05/08/2014

PINTO, Regina Pahim. A representação do negro em livros didáticos de leitura. **Cadernos de Pesquisa.** n 63, novembro, 1987, p.88-91. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1280/1281> > Acesso em: 04 de maio de 2015.

PRIORE, Mary Del. **A criança negra no Brasil.** Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2012. p. 232-253. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-16.pdf> > acesso em: 10/05/2015

ROMÃO, Jeruse. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In CAVALLEIRO, Eliane. (Org.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo. Selo Negro. 2001. p. 161-178

SANTOS, Rafael dos. Mas que história é essa? In: TRINDADE, Loretto da; SANTOS, Rafael dos. (Orgs). **Multiculturalismo:** mil e uma faces da escola. 3. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2002, p. 63-89.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o racismo na escola.** 2º ed. Brasília. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada; Alfabetização e Diversidade. 2005, p. 21-37 Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf > Acesso em: 08/04/2015

SILVA, Consuelo Dores. **Negro, qual é o seu nome?** Belo Horizonte. Mazza Edições. 1995

SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In CAVALLEIRO, Eliane (Org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** 4º edição /São Paulo: Selo Negro, 2001 p. 65-82.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. (org.) HALL, Stuart; KATHRYN, Woodward. 9 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO – PROFESSORES

Nome:

Idade:

Sexo: feminino () masculino ()

Formação:

Tempo de formação:

1.O que você entende por diversidade étnico-racial?

2.Teve alguma formação voltada a essa questão? () sim () não Caso a resposta seja sim, por favor comente.

3.Você vê como importante falar sobre a diversidade étnico-racial em sala de aula? () sim () não. Comente, por favor.

4. você aborda essa temática em sala de aula? () sim () não

Em caso afirmativo responda as questões **a** e **b**.

a).Que tipo de metodologia você utiliza em sala de aula para abordar a questão da diversidade étnica?

b).Com que frequência você aborda essa temática com seus alunos?

() sempre () quase sempre () às vezes () no dia da consciência negra () outros

5.Você se sente preparado (a) para abordar a temática racial em sala de aula? () sim () não

Comente, por favor.

6. Como a instituição em que trabalha lida com a questão diversidade étnica- racial? Comente, por favor.

7. Na sua graduação, em alguma das disciplinas, houve discussão/informação sobre a História da África e ou do Povo Negro? () sim () não. Caso sua resposta seja afirmativa, mencione, por favor, em que disciplina ocorreu e como.

8. Você percebe em sala de aula algum conflito entre os alunos no que diz respeito à cor da pele? () sim () não Caso sua resposta seja afirmativa, comente como reage a respeito.

9. Como você vê o uso do livro didático em sala de aula? () dispensável () indispensável

Comente, por favor.

10. Qual a sua concepção quanto à história do negro no Brasil retratada nos livros didáticos?

Comente, por favor.

11. Na sua opinião, o livro didático pode contribuir com a disseminação do preconceito racial?

() sim () não Caso sua resposta seja afirmativa, por favor, mencione de que modo isto ocorre.

12. Você conhece a lei 10.639? () sim () não

Caso sua resposta seja afirmativa, mencione o que você compreende desta Lei.